

## LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA COM DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 3058/2023

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº SAN/16571/CAU e **parecer técnico nº 4948/2022**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA COM DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO** à:

### Empreendedor

NOME:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA		
ENDEREÇO:	RUA LEONEL MOSELE, 62, CENTRO,		
CEP:	89700-000	MUNICÍPIO:	CONCÓRDIA ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	83.024.257/0001-00		

### Para Atividade de

ATIVIDADE:	33.13.03 - BARRAGEM OU RESERVATÓRIO ARTIFICIAL DE USOS MÚLTIPLOS QUE DECORRAM DE BARRAMENTO OU REPRESAMENTO EM CURSOS D'ÁGUA NATURAIS		
EMPREENHIMENTO:	PREFITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA		

### Localizada em

ENDEREÇO:	RUA LEONEL MOSELE, 62, CENTRO		
CEP:	89700-176	MUNICÍPIO:	CONCÓRDIA ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 401763.88 - UTM Y 6988191.34		

### Da viabilidade e instalação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade locacional e de implantação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

### Condições gerais

- I. Esta Licença dispensa a Licença Ambiental de Instalação - LAI.  
II. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.  
III. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- IV. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.  
V. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

### Prazo de validade

(12) meses, a contar da data 20/07/2023



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 579630

CÓDIGO: 275201



## Condições de validade

### Descrição do empreendimento

Viabilidade locacional e para instalação de barragem de contenção de cheias no Rio dos Queimados, através de gabiões do tipo caixa e com 03 (três) descargas de fundo de 900 mm de diâmetro, para conter as águas nos eventos de cheia máxima para um tempo de retorno de 100 anos ( $Q_{\text{máx}} = 50,41 \text{ m}^3/\text{s}$ ), com área total inundada de 2,87 hectares, localizada em área urbana do município de Concórdia - SC, matrícula nº 5.442 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, com as seguintes características técnicas:

- **Cota do Vertedouro:** 645 metros;
  - **Cota para o espelho d'água permanente:** 635 metros;
  - **Comprimento:** 35 metros;
  - **Cota de Crista da Barragem:** 646 metros (cota de alagamento nos eventos de cheia);
  - **Área de inundação permanente:** 2.100,00 m<sup>2</sup>;
  - **Área de segurança contemplada:** 1.600,00 m<sup>2</sup>
  - **Cota do espelho máximo de água:** 646 metros;
  - **Área de implantação do barramento:** 1.200,00 m<sup>2</sup>.
- Vazão ecológica (Q7,10):** 15,57 L/s.

### Atividades da implantação

1. Instalação do canteiro de obras/mobilização de máquinas e equipamentos;
2. Levantamento topográfico;
3. Placas de obras;
4. Limpeza/ supressão de vegetação da área de barragem, espelho mínimo, de grande porte na área de alagamento máximo, ombreiras e bacia de dissipação;
5. Instalação das descargas de fundo;
6. Escavações e fundações;
7. Carga, transporte e descarga de bota-fora;
8. Gradeamento de proteção das descargas de fundos;
9. Montagem gabiões-caixa e colocação de pedras-pulmão;
10. Proteção contra erosão a montante;
11. Execução de aterro compactado com argila (montante) até a cota 635;
12. Colocação da proteção do talude montante;
13. Argamassa de Revestimento dos degraus do vertedor;
14. Execução da Bacia de Dissipação de jusante;
15. Plantio de grama e arbustos;
16. Instalação de alambrados e portões;
17. Instalação de iluminação e postes;
18. Limpeza geral e paisagismo;
19. Desmobilização do Canteiro de Obras.

### Aspectos florestais

**Existência e uso de área de preservação permanente (APP):** Intervenção em APP autorizado por tratar-se de atividade considerada de utilidade pública, conforme preconizado na Lei Federal nº 12.651/2012 em seu Art. 3º, inciso VIII, alíneas "b" e "c" e Art. 8º. Área de intervenção em APP totalizada em 3.500 m<sup>2</sup> (barramento, espelho mínimo, área de segurança e parte do acesso);

**Autorização de Corte de vegetação (AuC):** conforme procedimento administrativo de licenciamento ambiental VEG/83573/CAU;

**Espécies da flora e/ou fauna ameaçadas de extinção:** 28 exemplares de *Araucária angustifolia*, 6 de *cedrela fissilis* e 8 de *Apuleia leiocarpa*.

**Reserva legal:** Não se aplica;

**Área verde:** Não se aplica.

### Ações mitigadoras

**Impacto:** processos erosivos do solo e instabilização do solo

**Medidas mitigadoras:**

- implantação do empreendimento em etapas progressivas, diminuindo a exposição de solo ao processo erosivo;
- restringir a limpeza da área apenas nos locais de obras, sendo executada no máximo uma semana antes dos trabalhos de movimentação de solo no trecho descoberto vegetal a ser removida;
- minimização de movimentação de terra em estações ou épocas de chuva, evitando a deposição de sólidos em áreas inadequadas;
- implantação de dispositivo de proteção que evitem o assoreamento, tais como sacos de solo, mantas de siltagem, muro de gravidade, colchão Reno entre outros;
- implantação de dispositivos de contenção de solos e estabilização de processos erosivos, conforme previsto em projeto executivo;
- espelho d'água permanente na cota 635 metros;
- promover a manutenção e limpeza dos cursos d'água e drenagens
- execução do Programa Ambiental da Construção - PAC;

**Impacto:** alteração nos níveis de ruídos

**Medidas Mitigadoras:**

- realizar o monitoramento dos níveis de ruídos;
- executar Programa de Monitoramento de Ruídos, nos locais e periodicidades estabelecidos nesse programa;
- atender a NBR 10.151/2019, visando o conforto da comunidade;
- manutenção periódica nos equipamentos de transporte;
- evitar atividades noturnas;

**Impacto:** geração de resíduos sólidos e da construção

**Medidas Mitigadoras:**

- estabelecer diretrizes para o gerenciamento de resíduos gerados nas atividades e serviços, desde a geração até o destino final;
- correto armazenamento dos resíduos produzidos nos canteiros de obras e áreas de apoio;
- correta destinação de todos os resíduos gerados durante as obras e operação;
- não depositar resíduos diretamente no solo;
- aplicar técnicas de reciclagem, reutilização e reaproveitamento de materiais, desde que não comprometa a segurança da obra e da futura operação;
- executar o Programa de Educação Ambiental e Sanitária;
- executar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- realizar palestras de educação ambiental a ser ministradas aos trabalhadores envolvidos;

**Impacto:** alteração da qualidade do ar

**Medidas Mitigadoras:**

- controle do teor de umidade do solo, nas áreas de trabalho, a partir de aspersões periódicas de água;
- realizar transporte de materiais e equipamentos, evitando horários de maior movimentação dentro do perímetro urbano;
- manutenção preventiva de máquinas e equipamentos;
- executar o Programa Ambiental da Construção (PAC) - linha de ação controle de poluição do ar;

**Impacto:** alteração na qualidade da água

**Medidas Mitigadoras:**

- controle da geração e destinação adequada dos resíduos sólidos, principalmente solo excedente, e efluentes;
- utilização de áreas contendo sistema de drenagens projetados para evitar que os resíduos gerados na obra, o manuseio de produtos para abastecimento e manutenção de veículos e equipamentos não atinjam recursos hídricos;
- manutenção periódica de equipamentos de transporte, evitando o derramamento de óleos e graxas;
- execução do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água em pontos e periodicidade conforme definidos nesse programa;
- implantação de barreiras de siltagem, rip-rap entre outros, no perímetro das obras, para fins de proteção de drenagens naturais e cursos d'água;

**Impacto:** alteração na qualidade dos solos

**Medidas Mitigadoras:**

- correto armazenamento e destinação dos efluentes sanitários, do canteiro de obras, através do uso de banheiros químicos;
- manutenção periódica de máquina e equipamentos, a fim de prevenir o derramamento de óleos e graxas;

**Impacto:** perda da cobertura vegetal

**Medidas Mitigadoras:**

- executar Programa de Afugentamento da Fauna e Controle da Supressão de Vegetação;
- executar Programa de Compensação Ambiental e Plantio Compensatório;

**Impacto:** intervenção em Área de Preservação Permanente (APP)

**Medidas Mitigadoras:**

- execução do Programa de Compensação Ambiental e Plantio Compensatório.

**Impacto:** perturbação/afugentamento da fauna

**Medidas Mitigadoras:**

- executar Programa de Afugentamento da Fauna e Controle da Supressão de Vegetação;
- medidas que busquem a redução dos níveis de ruídos, controle do tráfego de veículos, máquinas e pessoas;
- implantar Programa de Educação Ambiental e Sanitária aos trabalhadores e a população ao entorno para que se minimizem as interferências sobre a fauna remanescente;
- apresentar aos trabalhadores cartilha de educação ambiental de como se proceder na presença de espécies nativas, quanto a sua captura e posterior retransferência informando ainda a proibição de abate de animais nativos;

**Impacto:** visual decorrente da implantação do empreendimento

**Medidas Mitigadoras:**

- projeto paisagístico de reintegração da paisagem;

**Impacto:** transtornos no trânsito local

**Medidas Mitigadoras:**

- sinalização das obras antes de seu início;
- posicionar os sinais necessários de modo a não interferir com o fluxo contínuo de veículos, não prejudicando a visibilidade dos usuários;
- veicular em rádio com antecedência possíveis interrupções de trânsito.

**Controles ambientais**

1. Canteiro de obras dotado de banheiro químico;
2. Gerenciamento de resíduos sólidos;
3. Gerenciamento de resíduos da construção civil.

**Programas ambientais**

**1. Programa de Gestão Ambiental (PGA):** estabelecer normas e procedimentos a monitorar as ações inerentes às atividades que possam resultar em impactos ambientais, verificando a extensão dos impactos, identificação de incompatibilidades ambientais e avaliação das medidas adotadas, bem como orientar e justificar novas adequações às medidas mitigadoras e compensatórias inicialmente propostas pelos programas ambientais e estipuladas no licenciamento ambiental. Abranger planos e programas que contemplem ao bem estar socioambiental mediante a supressão ou minimização de impactos e danos ambientais relacionados à implantação, ampliação, atividades, desativação e realocação do empreendimento.

**1.1. Programa de Supervisão Ambiental (PSA):** garantir a implementação das medidas previstas nos programas ambientais e condicionantes da licença ambiental, a fim de evitar e/ou minimizar a ocorrência de impactos diretos previstos e imprevistos. Trata-se de uma atividade de campo que compreende o acompanhamento, controle e avaliações qualitativas e quantitativas das obras.

**1.2. Programa Ambiental da Construção (PAC):** contemplar as diretrizes básicas a serem empregadas pela empreiteira/construtora durante a execução das obras e a atuação das equipes de trabalho, orientando as ações que garantam a execução das obras com controle, monitoramento e a mitigação dos impactos gerados e identificados na avaliação dos impactos ambientais, compreendidas em quatro linhas de ação: minimização dos transtornos à população e sinalização de tráfego, prevenção e controle de processos erosivos, controle da poluição do ar e preservação da saúde e segurança dos trabalhadores.

**1.3. Programa de monitoramento de Ruídos:** através da implementação de medidas que visem a redução das emissões de ruídos e minimização de seu impacto nas comunidades do entorno e nos trabalhadores, na fase de implantação do empreendimento.

**1.4. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS):** propor os procedimentos que deverão ser adotados para que os impactos resultantes da geração de resíduos sólidos sejam minimizados na fase de implantação do empreendimento. Assegurar a minimização de geração de resíduos durante a implantação e operação do empreendimento, promovendo a correta coleta, armazenagem e destinação dos resíduos.

**1.5. Programa de Educação Ambiental e Sanitária (PEAS):** através do desenvolvimento de ações educativas com os trabalhadores, a fim de propiciar o interesse e o engajamento em ações ambientais, permitindo aos trabalhadores acesso a informações e uma visão crítica acerca da obra evitando possíveis conflitos socioambientais e possibilitando uma melhor compreensão dos recursos naturais.

**1.6. Programa de Monitoramento de Qualidade da Água:** acompanhar as modificações ambientais

que possam ocorrer nos cursos d'água ao entorno, para tomada de medidas que assegurem a manutenção da qualidade desses recursos hídricos, tomando por referência as Resoluções CONAMA nº 357/2005 e 430/2011 com os seguintes objetivos específicos:

- determinar a qualidade da água nos corpos hídricos que possam receber contribuição de drenagem das áreas de intervenção;
- subsidiar a tomada de decisão a partir dos dados coletados propondo medidas mitigadoras ou corretivas, quando necessárias;
- obter base de dados para maior conhecimento acerca da qualidade das águas na região.

**1.7. Programa de afugentamento da fauna e controle da supressão de vegetação:** com intuito de direcionar as atividades de execução da supressão de vegetação com base em técnicas de impacto reduzido e minimizar os danos através das seguintes etapas:

- afugentar a fauna antes da supressão de vegetação;
- efetuar a captura de fauna e assegurar sua sobrevivência durante as atividades de supressão de vegetação;
- aplicar técnicas adequadas para captura, transporte e realocação da fauna (caso necessário);
- disponibilizar atendimento médico-veterinário (caso necessário);
- promover o aproveitamento científico;
- proporcionar condições para o estudo e conservação das populações de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção na área de influência direta do empreendimento;
- levantamento e inspeção das áreas de supressão da vegetação;
- acompanhar e fiscalizar a execução dos procedimentos para a supressão e o material suprimido;

**1.8. Programa de Compensação Ambiental e Plantio Compensatório:** planejar e reparar os impactos causados pela obra nas áreas a serem suprimidas, avaliando:

- plantio compensatório às intervenções ou supressão de vegetação em APP;
- compensação ambiental pela supressão de vegetação nativa em estágio médio, na forma de destinação de área equivalente a área de supressão conforme art. 17 da Lei Federal 11.428/2006.
- plantio compensatório pela supressão de espécies ameaçadas de extinção.

**1.9. Programa de Comunicação Social (PCS):** comunicação contínua entre o empreendedor e a sociedade, principalmente a população afetada diretamente nas diversas fases do empreendimento. Deverá ser aplicado instrumentos aplicados instrumentos que colaborem na divulgação de informações sobre os procedimentos a serem desenvolvidos durante a obra, as possíveis alterações de tráfego na região e consequências ambientais, contribuindo para a diminuição de insegurança e expectativas por parte da comunidade local.

**1.10. Programa de monitoramento da fauna (fase de operação):** garantir a proteção da fauna local e detalhar os estudos populacionais da fauna considerada ameaçada de extinção e das eventuais novas espécies descobertas na AID do empreendimento tendo como objetivos específicos:

- monitoramento da ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna;
- acompanhamento da dinâmica reprodutiva e comportamental;
- avaliação e identificação das alterações de habitats e seus usos pela fauna;
- proposição de medidas mitigadoras e de controle referentes aos impactos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento.

**2. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC):** Assegurar a minimização de geração de resíduos durante a implantação do empreendimento, promovendo a correta coleta, armazenagem e destinação dos resíduos.

**3. Plano de Segurança de Barragem - Plano de Ação de Emergência:** identificar e classificar as situações de emergência que possam pôr em risco a integridade das estruturas civis da barragem, bem como definir ações e responsabilidades, corroborando para a prevenção e mitigação dos desastres ocasionados por adversidades.

## Medidas compensatórias

**Compensação pelo uso de APP:** A compensação pelo uso de APPs está suspensa conforme Lei Estadual nº 14.671/2009, Art. 38 § 6º e OFÍCIO nº 6321\_2022\_IMA\_PROJUR.

**Compensação pelo Corte da Mata Atlântica:** definido no procedimento administrativo de licenciamento ambiental VEG/83573/CAU.

**Compensação do SNUC:** Não se aplica.

## Condições específicas

**1. Deverá formalizar pedido de LAO - Licença Ambiental Operação na conclusão das obras, com os seguintes documentos:**

- 1.1. Documentos descritos no item 5.4 da Instrução Normativa - IN nº 65 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC);
- 1.2. Relatório de conclusão das obras autorizadas por esta LAP com dispensa de LAI com relatório fotográfico, incluindo o muro de contenção do trecho final da Rua G conforme especificações constantes neste procedimento administrativo de licenciamento ambiental;
- 1.3. Comprovante das destinações dos resíduos gerados durante as obras;
- 1.4. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho, do(s) profissional(ais) habilitado(s) pela **execução** da obra;
- 1.5. Relatório final, referente a execução dos Programas Ambientais contemplados nesta licença;
- 1.6. Realizar a **execução de poços de observação** junto às ombreiras para verificação de sua espessura, conforme indicado em Relatório Ambiental Prévio (RAP). Apresentar ao IMA/SC, quando da formalização do pedido de LAO, relatório técnico e fotográfico de execução acompanhado da respectiva documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho, do(s) profissional(ais) habilitado(s);
- 1.7. Programa de Monitoramento da Estabilidade Geotécnica da Barragem detalhado a nível executivo;
- 1.8. Todo documento técnico deverá ser acompanhado do Documento de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) legalmente habilitado(s) que o elabora e subscreve;
- 1.9. Cópia da(s) Licença(s) Ambiental(is) de Operação (LAO) válida da(s) empresa(s) que irá realizar o transporte e tratamento dos efluentes de esgotamento sanitário oriundo do(s) banheiro(s) químico(s) do canteiro de obras.
2. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA nº 001/90 e NBR 10.151/00.
3. Cuidados para o controle da emissão de substâncias odoríferas, de modo a diminuir o impacto por percepção olfativa e que não poderão causar incômodo às populações, além dos limites do empreendimento.
4. Deverão ser tomadas as medidas mitigadoras necessárias referente aos impactos realizados pelo empreendimento.
5. Deverá ser observado o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC.
6. Para a armazenagem provisória dos resíduos sólidos gerados até posterior destinação final, estes deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados em conformidade com o tipo de resíduo, observando as Normas Técnicas da ABNT NBR 10.004, NBR 11.174 e NBR 12.235.
7. O armazenamento temporário de resíduos perigosos (Classe I) não poderá ultrapassar o período máximo de 120 (cento e vinte) dias e para os resíduos não perigosos (Classe IIA e IIB), o período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua geração, conforme estabelecido no Art. 4º, § 2º, da Lei Estadual nº 15.251/2010.
8. O transporte externo dos resíduos sólidos, com exceção dos mencionados no art. 3º da Portaria IMA nº 21/2019 deve, obrigatoriamente, ser acompanhado pelo documento Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR emitido pelo Sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC).
9. A instalação do empreendimento deve seguir os projetos apresentados a este órgão ambiental na ocasião do licenciamento.
10. Canteiro de obras **deverá ser dotado de banheiro(s) químico(s)**.
11. Alterações no atual projeto deverão ser informadas com antecedência.
12. Deverão ser observadas as Áreas de Preservação Permanente - APP, ficando permitido o uso de APP, no escopo deste procedimento administrativo de licenciamento ambiental, por tratar-se obra de utilidade pública, de acordo com o disposto em Lei.
13. Esta licença **não autoriza** a operação do empreendimento e a supressão de vegetação.
14. Situações anormais durante a ampliação, operação e dos monitoramento dos sistemas de controle ambiental, bem como a ocorrência de quaisquer acidentes ou vazamentos deverão ser comunicadas imediatamente ao IMA/SC, pelos responsáveis pelo empreendimento e pelo responsável técnico, devendo ser adotadas as medidas emergenciais requeridas pelo evento, no sentido de minimizar os riscos e os impactos às pessoas e ao meio ambiente.
15. O empreendedor, durante a implantação e operação do empreendimento deve comunicar ao IMA/SC a identificação de impactos ambientais não descritos nos estudos ambientais constantes no procedimento de licenciamento para as providências que se fizerem necessárias.
16. Esta licença foi concedida com base nas informações e documentos apresentados pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros alvarás e/ou certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
17. O empreendedor deverá obedecer rigorosamente, no âmbito da execução das obras, as boas práticas de engenharia, de forma a anular quaisquer riscos associados a construção e operação da barragem.
18. A qualidade e a eficiência dos projetos de infraestrutura do empreendimento são de responsabilidade do empreendedor e do profissional habilitado responsável e devem atender às normas técnicas nacionais vigentes.
19. **Apresentar ao IMA/SC, em periodicidade trimestral**, relatório referente a execução dos Programas Ambientais para a fase de instalação, contemplados nesta licença, incluindo o monitoramento da ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna na Área de Influência Direta (AID), acompanhado da

(s) respectiva (s) documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho, do(s) profissional(ais) habilitado(s), durante a execução das obras da barragem.

20. **Fica vedada** intervenções em APP para áreas de bota-fora e canteiro de obras;

21. Deverá ser tomado as devidas precauções acerca de materiais estocados no local (canteiro de obras) ou em bota-fora, afim de que não causem danos as áreas e/ou obras circunvizinhas, devendo manter as áreas devidamente e adequadamente drenadas e limpas, sem que haja supressão de vegetação nativa não autorizadas.

22. Manter durante todo o período de obras e operação da atividade, minimamente a vazão ecológica de 15,57 L/s, valor que corresponde a 100% da Q7,10.

23. Deverá ser observado ao disposto no projeto intitulado de "**PROJETO EXECUTIVO DA BARRAGEM DE CONTENÇÃO DE CHEIAS RIO DOS QUEIMADOS - Estudo Geológico**", apresentado ao IMA/SC no âmbito do procedimento administrativo de licenciamento ambiental, **inclusive acerca das recomendações indicadas nesse projeto.**

24. Deverá ser realizada avaliação técnica por profissional habilitado, antes do início da execução das obras da barragem, acerca da necessidade ou não de tamponamento de poço tubular profundo que encontra-se localizado em área de cota de alagamento nos eventos de cheia e sua realocação (caso necessário). Apresentar, ao IMA/SC antes do início da obra, relatório técnico acompanhado da respectiva documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho, do(s) profissional(ais) habilitado(s).

#### Documentos em anexo

Não há.

#### Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.

V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

OFÍCIO n° 12262/2024/IMA/CAU

Concórdia, data da assinatura eletrônica.

Assunto: **Resposta à solicitação de prorrogação da LAP-LAI N° 3058/2023**

Prezado Senhor(a),

Referente a solicitação de prorrogação da Licença Ambiental de Prévia – LAP-LAI N° 3058/2023, referente ao processo SAN/16571/CAU do FCEI 579630 em nome de Prefeitura Municipal de Concórdia, informado pelo SGP-e IMA 00025690/2024, de **validade até dia 20/07/2024**: Conforme solicitação do empreendedor/procurador, a prorrogação se faz necessária pelo município abrir o edital de contratação/licitação e a mesma resultou deserta. Considerando os motivos mencionados, **fica a LAP-LAI N° 3058/2023 prorrogada por mais 24 MESES, contando a partir da data de validade da licença atual que é 20/07/2024.**

Informamos que a referida alteração está de acordo com o Decreto Estadual n° 2955/2010 Art 47, inciso II, bem como com o Parecer da PROJUR n° 62/2011 que instrui sobre os prazos de prorrogação de prazos de Licenças Ambientais.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para mais informações e esclarecimentos.

Atenciosamente,

**TIAGO ELOIR RUPPENTHAL**  
Coordenador Regional do Meio Ambiente  
(assinado digitalmente)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
Rua Leonel Mosele, 62 - Bairro: Centro  
89700900 - Concórdia - SC





## Assinaturas do documento



Código para verificação: **HGN94Z37**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**TIAGO ELOIR RUPPENTHAL** (CPF: 064.XXX.789-XX) em 05/07/2024 às 16:46:26

Emitido por: "SGP-e", emitido em 09/04/2024 - 16:29:37 e válido até 09/04/2124 - 16:29:37.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SU1BXzE1NTA4XzAwMDI1NjkwXzI1NjkyXzlwMjRfSEdOOTRaMzc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IMA 00025690/2024** e o código **HGN94Z37** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.